

3. A legenda fechada para surdos e ensurdecidos

3.1. Histórico

Segundo Robson (2004, p. 10-15), o sistema que deu origem a LFSE foi criado nos anos 60 pela empresa de informática IBM e pela Agência Central de Inteligência americana (CIA). No entanto, a primeira demonstração de uso das LFSE foi feita apenas em 1972, na Universidade Gallaudet, localizada em Washington, nos EUA, e especializada no ensino de surdos e ensurdecidos. Já a transmissão dos primeiros programas com LFSE só foi ao ar – também nos Estados Unidos – em 1980. Os primeiros programas transmitidos foram: *The ABC Sunday Night Movie*, pela rede ABC; *The Wonderful World of Disney*, da rede NBC, e *Masterpiece Theater*, da rede PBS.

Também no início da década de 1980, fitas de vídeo VHS começaram a ser lançadas nos EUA já com a opção da LFSE, e a técnica começou a ser adotada em outros países. O Canadá e a Austrália transmitiram seus primeiros programas legendados em 1982 e 1983, respectivamente. “Bélgica, Alemanha, Itália e Holanda também começaram a oferecer as primeiras formas de tradução para surdos e deficientes auditivos no início dos anos 80, enquanto Portugal e Espanha se juntaram ao grupo no início dos 90” (Remael, 2007, p. 25). O início da década de 1990 também marcou a introdução, no Congresso Americano, “[d]o *Television Decoder Circuit Act*, que obrig[ou] toda televisão de 13 polegadas, fabricada no país ou importada, a ter um circuito decodificador de *closed caption*” (Almeida, 2008).

No Brasil, o primeiro programa transmitido com LFSE foi o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, em 1997. Desde então, o número de programas que disponibilizam o recurso vem crescendo. Segundo pesquisa da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, em 2008, os seguintes programas eram transmitidos com LFSE:

TV Brasil

- 100% Brasil - sábado, 14h30;
- Arte Com Sérgio Britto - 3a, 22h e 6a, 1h40;
- Atitude.com - 2a a 6a, 18h;
- Cadernos de Cinema - domingo, 00h e sábado, 00h30;
- Conexão Roberto D'Avilla - domingo, 20h;
- Conversa afinada - 3a, 23h40; 4a a 6a, 23h30 e sábado, 17h30;

- Curta Criança - 2a a 6a, 15h15; sábado, 10h e domingo, 9h45;
- Expedições - 2a, 12h e 19h30, sábado, 14h;
- Mobilização Brasil - 2a a 6a, 7h30, e sábado, 8h;
- Notícias do Rio - 2a a 6a, 12h30;
- Observatório da Imprensa - 3a, 22h40 e 4a, 1h30;
- Revista do Cinema Brasileiro - 2a, 22h e sábado, 18h30;
- Sem Censura - 2a a 6a, 16h00, e domingo, 16h;
- Stadium - domingo, 15h;
- Supertudo - 4a, 22h;
- Um Menino Muito Maluquinho - 2a a domingo, 11h30.

TV Câmara

- Primeira Página - 2a a 6a, 8h
- Câmara Hoje - 2a a 6a, 21h
- Bastidores - 2a a 5a, 13h30

TV Cultura

- Roda Viva - 2a, 22h40, e domingo, 14h
- Balanço Social - 4a, 22h40, e sábado, 9h30
- Vitrine - domingo, 20h, e 3a, 20h

TV Globo

- Jornal Nacional - 2a a sábado, 20h15
- Bom Dia Brasil - 2a a 6a, 7h15
- Jornal Hoje - 2a a 6a, 13h15
- Jornal da Globo - 2a a 6a, 00h25
- Fantástico - domingo, 20h30
- Globo Repórter - 6a, 22h10
- Programa do Jô - 2a a 6a, 00h30
- Vale a Pena Ver de Novo - 2a a 6a, 14h35
- Duas Caras (novela) - 2a a sábado, 20h55
- A Grande Família - 5a, 22h10
- Zorra Total - sábado, 22h25
- Filmes exibidos nas sessões Tela Quente, Domingo Maior, Festival de Sucessos, Supercine e Temperatura Máxima
- Séries: Lost e 24 Horas

TV Record

- Jornal da Record - 2a a sábado, 20 horas
- Domingo Espetacular - domingo, 18h30

Esse número tende a aumentar à medida que a Lei 10.098 de 2006, conhecida como Lei da Acessibilidade, for implantada. Essa lei, que estabelece a obrigatoriedade do uso da LFSE em programas de televisão, prevê que, até 2019, toda a programação da televisão brasileira deverá ser transmitida com o recurso do LFSE (Costa Neto, 2008, p.17-18). No entanto, a lei dá margem para

dúvidas com relação à programação dos canais a cabo, já que o texto não deixa claro se eles também deverão obedecer a essa nova regra. Talvez essa falta de uma clareza e de uma exigência maiores com os canais a cabo venha do fato de a maior parte dessas emissoras já transmitirem seus programas com legendas abertas ou, no caso de programas dublados, com a possibilidade de inserção dessas mesmas legendas. No entanto, apesar de facilitarem o acesso do surdo aos produtos televisivos, as legendas abertas não são as ideais para esse público-alvo, o que torna a situação um problema ainda a ser resolvido.

Além disso, a produção no país ainda é cara. Em 2009, uma hora de LFSE produzida por estenotipia custa em torno de R\$ 900,00. Com isso, “emissoras de menor capacidade financeira ficariam economicamente ainda mais sufocadas e com poucas condições de competir no mercado de *broadcasting*, caso fossem obrigadas a legendar toda sua grade de programação” (Ibid., p. 8).

Da mesma maneira, a lei não estabelece prazo para que a LFSE seja utilizada em DVDs, discos *Blu-Ray* e no cinema. Entretanto, como veremos mais tarde, na subseção 3.3, algumas normas já estão sendo estabelecidas para a produção do recurso nesses meios.

3.2. Tipos de LFSE

Segundo o site do CPL - Centro de Produção de Legendas, a maior produtora do Rio de Janeiro na realização de LFSE *off-line* e pioneira nessa técnica⁸, a LFSE “é um tipo de legenda que foi concebida para permitir aos surdos e pessoas com dificuldades auditivas o acesso a programas, comerciais e filmes veiculados na televisão, em vídeo e DVD” (s/d, s/p). Além disso, elas também atendem

a outros segmentos da sociedade, como idosos ensurdecidos, estrangeiros aprendendo o idioma, semi-analfabetos e crianças em fase de alfabetização [e]

8 “O Centro de Produção de Legendas (CPL), criado em 1998, nasceu de um projeto da Arpef (Associação de Reabilitação e Pesquisa Fonoaudiológica), instituição que trabalha desde 1986 com surdos e deficientes auditivos no Rio de Janeiro. (...) Com a missão de tornar a programação da televisão acessível a esse público em especial, o CPL foi a produtora pioneira no Brasil na produção do *closed caption offline*, utilizado em programas gravados, tendo produzido em 1998 o primeiro programa da televisão brasileira a fazer uso dessa tecnologia inovadora. (...) Desde 2000, presta serviço para a Divisão de Cinema da Rede Globo de Televisão, sendo responsável pela produção de *closed caption* em todos os filmes da emissora. A partir de 2004, tornou-se parceiro da ARPEF, do Banco do Brasil e da Petrobras em projetos de acessibilidade voltados para a cultura nacional através do cinema” (Site CPL, www.cplcc.com.br, s/d). Outras informações sobre a criação da produtora estão na entrevista com Helena Dale, disponível em anexo.

possibilita[m] o entendimento do áudio em locais onde o som da TV for inaudível: aeroportos, academias de ginástica, bares e restaurantes, hospitais, etc. (Ibid.)

A técnica ganhou seu nome por causa das características do modo de transmissão da legenda. Também segundo o site do CPL,

[a] imagem que vemos na televisão é formada por linhas (525, no caso do padrão NTSC, e 625, no caso do sistema PAL/SECAM) e pontos (o número irá variar de acordo com resolução do equipamento – aproximadamente 180 para VHS e 500 para Betacam, por exemplo).

A vigésima primeira linha é destinada ao *closed caption* que é ali inserido como se fosse um código de barras, sendo, portanto, transmitido junto com a imagem.

Para que a linha 21 possa ser entendida pelo aparelho como uma informação que diz respeito ao referido recurso, se faz primordial que ele tenha um decodificador, o qual transformará aquele código de barras em caracteres e, conseqüentemente, em textos.

Somente o fato de o aparelho possuir um dispositivo de decodificação, entretanto, ainda não é suficiente para que a legenda apareça. É necessário que ele esteja ativado. Portanto, só usufrui desse recurso quem deseja ou precisa.

O Brasil segue o padrão norte-americano de LFSE, o chamado *closed caption*⁹. Dentro desse padrão, existem dois tipos de legendas: a *on-line* e a *off-line*. O primeiro, também chamado de “legenda fechada em tempo real, é utilizado para a transcrição do áudio de programas ao vivo” (Site CPL, s/d). As legendas aparecem na tela, normalmente, no formato *roll-up*: “duas ou três linhas [são] mostradas no canto inferior esquerdo da tela, [e] cada linha nova que aparece desloca a(s) outra(s) para cima” (Costa Neto, 2008, p. 19). Esse tipo de legenda, usualmente, não sofre nenhum tipo de resumo nem segue padrão algum de sincronismo com a fala do programa, o que dificulta seu entendimento por parte dos espectadores. Por isso, ela só é recomendada em casos em que não há outra opção, como os programas ao vivo já mencionados.

⁹ O outro padrão para a produção de LSFE disponível hoje é o *teletexto* europeu. Com regras de produção bem diferentes do *closed caption* americano, ele foi desenvolvido na década de 1970 na Inglaterra e funciona por meio de um decodificador no televisor, que sobrepõe informações presentes no teletexto ao sinal da TV, alojando-se nos espaços em branco e transmitindo-as em forma de um código binário. O teletexto tem duas características essencialmente diferentes do *closed caption*: a primeira é a identificação de falantes através do uso de cores e a segunda é a edição das legendas. Para os europeus, legendas fechadas para surdos são produzidas respeitando a mesma relação de número de caracteres por segundo de exposição usada nas legendas abertas, e não são transcrições completas da fala dos personagens como no sistema americano.



Fig 1. - Exemplo de LFSE *on-line*

Já a LFSE *off-line*

é usad[a] para transcrever o áudio de programas gravados. Mais detalhad[a] e complet[a], [ela] utiliza diferentes recursos informativos como posicionamento, otimização de tempo de exposição, edição de texto e transcrição de informações não literais (música, trovoadas, tiros, entre outros) [que facilitam o entendimento do espectador surdo]. (Costa Neto, 2008, p.19)



Fig 2. - Exemplo de LFSE *off-line*

A legenda *on-line* pode ser produzida de duas maneiras: através da estenotipia e do reconhecimento de voz. A estenotipia é o recurso mais usado na produção da LFSE *on-line*. “O profissional responsável pela tarefa é um estenotipista, que opera um estenógrafo”, uma máquina de escrever similar às usadas em tribunais para registro dos julgamentos (Araújo, 2004). O teclado do estenógrafo é muito diferente dos normais e segue um padrão regido pela fonética aproximada das palavras, e não por sua ortografia. Quando o profissional digita os fonemas, um programa de computador procura a palavra

mais semelhante num dicionário pré-estabelecido (Araújo, 2002). O uso dessa técnica acelera o processo de digitação – que leva muito mais tempo caso cada letra das palavras tiver que ser digitada. No entanto, ele também acarreta vários erros, já que o estenotipista precisa digitar muito rápido e pode pressionar a tecla errada. Além disso, como o processo é baseado na fonética das palavras, o computador pode reconhecer alguma palavra que não foi realmente dita durante o programa.

O segundo tipo de técnica usada na produção das LFSE *on-line* é o reconhecimento de voz, recurso que

funciona [...] com base em um banco de dados com milhares de vozes pré-gravadas. Dessa forma, o programa assimila uma série de formas com [as quais] os sons de uma palavra são pronunciados.

Quando o usuário dita algo para o software, sua voz é digitalizada e os sons emitidos comparados com aqueles gravados no banco de dados. Se o aplicativo encontrar semelhanças entre sons de sua coleção e aquilo que foi dito, a palavra aparece na tela em forma de texto. A base de dados desses programas pode ser atualizada e personalizada pelo usuário. Quanto mais ele personalizar sua biblioteca de gravações, mais palavras serão escritas corretamente, aumentando sua precisão” (Costa Neto, 2008, p. 22).

Essa técnica ainda causa muitos erros na produção das legendas, especialmente quando se trata de palavras homófonas (ex.: censo X senso) ou de palavras que – juntas – formam o som de uma terceira palavra ou de uma expressão (ex.: ela tinha X é latinha), mas, à medida que a tecnologia se desenvolve, esses erros tendem a diminuir. Além disso, o custo de formação de um profissional que trabalha com reconhecimento de voz é muito inferior ao de um estenotipista, o que pode contribuir para a disseminação da técnica no Brasil.

Gustavo Ferreira, consultor de sistemas de TV do CPL, afirmou, em entrevista dada a Costa Neto (2008, p. 24), que atualmente o desempenho da estenotipia no mercado brasileiro ainda é superior, mas que algumas empresas estão trabalhando para criar sistemas melhores de reconhecimento de voz:

Atualmente a melhor qualidade vem da estenotipia, pois os sistemas de RV utilizam *engines* antigos para o português brasileiro. Existe uma expectativa que a empresa Nuance lance uma versão para português brasileiro no final de 2009. Com isso a estenotipia perderá a sua força, porque o sistema da Nuance utiliza *engine* de reconhecimento *Speaker Independent*, ou seja, independente do narrador, com uma taxa de erro de 1% (Costa Neto, 2008, p.24).

A LFSE *off-line*, conhecida também como LFSE pós-produzida, é feita de apenas uma maneira, mais parecida com a das legendas abertas. O profissional “transcreve” o texto falado, resumindo-o de forma a facilitar a leitura das legendas e a compreensão do programa por parte dos espectadores e evitando

que as linhas de legendas ultrapassem o limite permitido de caracteres por linha. Outra semelhança com as legendas abertas é o formato *pop-on*, ou seja, uma legenda aparece “e, antes da próxima ser mostrada, ela desaparece, dando lugar à seguinte” (Costa Neto, 2008, p. 20).

Por permitir a inclusão das duas características mencionadas acima e por ter um tempo maior de produção – que exige menos do profissional e permite que o texto seja revisado antes de ir ao ar –, a LFSE *off-line* é considerada o melhor processo de produção desse tipo de legenda. No entanto, exatamente por causa da última característica, nem sempre é possível utilizá-lo, especialmente nos casos dos já mencionados programas ao vivo.

Com o objetivo de melhorar a qualidade de suas LFSE *on-line* no caso desses programas, algumas emissoras têm desenvolvido alternativas. A Rede Globo, por exemplo, vem realizando desde 2007 um processo misto em produtos como novelas, cujos capítulos ficam prontos muito próximo do horário de exibição, mas não são ao vivo. Assim, a LFSE é realizada através de um sistema de reconhecimento de voz, mas os erros do sistema são compensados por uma revisão feita antes que o programa vá ao ar (Costa Neto, 2008, p. 21). No caso de programas ao vivo, como os telejornais, a emissora tem aproveitado os textos escritos para serem lidos no *teleprompter* pelos apresentadores. Com isso, apesar dos telejornais serem dinâmicos e terem um roteiro que pode mudar até mesmo durante a sua exibição, a produção fica mais fácil para o estenotipista, que já tem uma base para trabalhar.

Além dos três tipos de LFSE já explicados, é preciso salientar que a legenda também pode ser interlingual ou intralingual. Ou seja, o texto das legendas pode ser na mesma língua do programa ou em uma língua diferente. Alguns países já disponibilizam ambas as formas para um mesmo programa através dos diversos canais de LFSE, “os famosos CC1, CC2, CC3, CC4” (Site CPL, s/d, s/p). Como cada um deles pode conter informações diferentes, isso permite às emissoras disponibilizar, por exemplo, no CC1 a legenda na língua original do país e no CC2 uma versão em inglês para estrangeiros residentes. Nos EUA e no Canadá, esse recurso já está disponível: algumas emissoras transmitem os programas legendados em espanhol, no caso dos EUA, e em francês, no caso do Canadá. O objetivo é atingir o público bilíngue e a comunidade estrangeira que vive no país. No entanto, no Brasil, nenhuma emissora disponibiliza ainda esse recurso em língua estrangeira, apenas em

português, visando aos surdos brasileiros.

3.3. Normas técnicas

Conforme já mencionado, as LFSE, assim como a tradução literária, também obedecem a um sistema de normas e coerções, como o identificado por Toury e Lefevere. Se pensarmos como Carvalho (2005, p. 86) – que diz que os tradutores de meios audiovisuais devem saber lidar simultaneamente com três tipos de normas, que podem estar ligadas à modalidade de tradução realizada, ao meio em que são exibidas e aos clientes ao qual a tradução é destinada –, vemos que com a LFSE não é diferente. Nesta subseção, vamos enumerar as principais normas técnicas relativas a essa modalidade de tradução audiovisual e aos diferentes meios em que elas são utilizadas. A subseção 3.4 deste capítulo conterá as regras impostas pelos clientes que recebem as legendas fechadas para surdos e ensurdecidos.

É importante sempre lembrar que, “devido à natureza dinâmica do polissistema de tradução audiovisual, o grau de influência das diversas normas nele vigentes é variável” (Martinez, 2007, p. 39). As regras abaixo enumeradas não são as únicas, nem são perenes, tendendo a se transformar com a passagem do tempo e a maior aceitação da LFSE por parte do público e das emissoras e distribuidoras. No entanto, considero importante destacar pelo menos parte delas, a fim de dar uma noção sobre as coerções exercidas sobre o tradutor durante o processo de produção das legendas. Afinal, como afirma Toury, elas “servem como critério através do qual comportamentos são *avaliados* [...] [e ajudam a distinguir] [...] uma regularidade de comportamento em situações recorrentes do mesmo tipo” (1995, p. 55).

Apesar de já obedecer ao padrão americano e respeitar os limites técnicos impostos pelos tipos de LFSE disponíveis, desde o lançamento da Norma Brasileira (NBR) 15.290 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em 30 de novembro de 2005, o Brasil tem normas específicas para a utilização desse tipo de legenda nas transmissões televisivas do país. Elas foram criadas com base no padrão estabelecido pelo Centro de Produção de Legendas, formulado a partir de recomendações de um grupo de estudo realizado durante três anos na Associação de Reabilitação e Pesquisa Fonoaudiológica (Arpef) (Dale, 2009). Além disso, algumas produtoras já

seguem um padrão para a produção de LFSE para DVDs e estão criando projetos para o cinema (Costa Neto, 2009).

De acordo com a NBR 15.290,

para ser considerada acessível, a programação televisiva deve atender ao disposto nesta Norma. As diretrizes desta Norma são aplicáveis a todas as emissoras e programadoras, públicas ou privadas, em transmissões nas frequências de UHF, VHF, a cabo, por satélite, através de protocolo IP, bem como através dos protocolos e frequências específicos da TV digital. Aplicam-se também aos conteúdos distribuídos em DVD e fitas VHS, bem como aos novos formatos de mídia e de transmissão que venham a ser implementados durante a vigência desta Norma. (ABNT, 2005, p.5)

A NBR determina que deve haver 98% de acerto na LFSE disponibilizado em programas ao vivo. Ela também estabelece que as legendas *on-line* devem aparecer no canto inferior esquerdo da tela da televisão, com no máximo três linhas, e utilizar o sinal “>>” sempre que houver troca de falante. Além dos 2% de erro, a norma de 2005 permite um atraso de quatro segundos a partir do início da fala do narrador na LFSE *on-line*, já que leva em conta que o processo é feito durante a exibição do programa.

Na LFSE *off-line*, as normas da ABNT exigem 100% de acerto no texto exibido, além de sincronismo entre imagem e som. As duas linhas de legenda permitidas devem ter, no máximo, entre 30 e 32 caracteres e o posicionamento do texto pode ser feito em diferentes regiões da tela, dependendo da posição do falante, de modo a identificá-lo. Quando a cena não permitir a identificação deste, “o nome do personagem ou algum tipo de informação que o identifique deve ser informado entre colchetes. Ex.: [João]; [Menino]; [Policial] etc.” (ABNT, 2005, p. 6)¹⁰. Entre colchetes também devem obrigatoriamente entrar os efeitos sonoros e informações não-literais importantes para a compreensão do texto. “O uso da informação literal do som ([ex.] latidos) deve ter preferência em relação ao uso da onomatopeia ([ex.] au-au). Programas e filmes infantis ou cômicos podem fazer uso de onomatopeias” (ABNT, 2005, p. 6).

Também na LFSE pós-produzida, a ABNT exige o uso do itálico para falas de personagens em *off* e narrações, para enfatizar a entonação e salientar palavras estrangeiras. “O símbolo da nota musical deve ser usado para diferenciar a música da palavra falada [e] [...] sempre que possível, a letra da música deve ser transcrita”. Assim como a legenda aberta, a LFSE *off-line* também deve respeitar determinados tempos de exposição “relacionados à

¹⁰ Segundo Helena Dale (2009), a identificação dos falantes é uma das maiores exigências dos surdos. “Não saber quem está falando atrapalha muito o entendimento da fala”, diz ela.

velocidade da fala, à quantidade de palavras, de cortes de cena etc.” (ABNT, 2005, p. 6). São eles:

- a) legendas de uma linha completa – devem ser expostas por 2 s¹¹ e tempo máximo de exposição de 3 s;
- b) legendas de duas linhas – devem ser expostas por 3 s;
- c) legendas de três linhas – devem ser expostas por 4,5 s a 5 s;
- d) legendas para o público infantil – o tempo de exposição deve ser de 3 s a 4 s por linha completa. Para esse público específico, as frases devem ser simples e concisas. (ABNT, 2005, p. 6)

Além disso, em caso de diálogos, “a legenda correspondente à primeira fala deve estar posicionada mais alta na tela da TV, para que possa ser lida naturalmente em primeiro lugar, sem comprometer o entendimento” (ABNT, 2005, p. 6).

Nas duas formas de LFSE é permitido o uso de abreviaturas escritas de acordo com a nomenclatura padrão utilizada para a língua portuguesa e é obrigatória a utilização de caracteres brancos em tarja preta para facilitar a leitura. Títulos de livros, filmes, peças de teatro e palavras ditas de forma errada devem aparecer entre aspas e a interrupção de uma fala tem que ser indicada pelo uso do símbolo “--”.

A maior parte das regras estabelecidas pela NBR 15.290 é mantida durante a produção de legendas para DVD. No entanto, existem algumas diferenças. Por exemplo, enquanto a linha cheia de legenda na televisão tem entre 30 e 32 caracteres, no DVD ela pode chegar a 36. Além disso, o DVD pode receber legendas de duas formas:

Uma delas é com um arquivo de texto que contenha as legendas. Outra é com um arquivo que contenha os tempos de entrada e saída das legendas, fazendo referência a uma imagem do texto da legenda. Nesse caso o tamanho da linha fica restrito ao número de *pixels* e não de caracteres. (Costa Neto, 2009, s/p)

Como se pode ver, as normas brasileiras são muito específicas e exigentes com relação ao padrão que deve ser seguido pelas emissoras de televisão. No entanto, como mostrarei mais adiante, muitas dessas regras podem ser questionadas e algumas simplesmente não são cumpridas.

Além disso, para outros meios, como o cinema, ainda não existe no Brasil um sistema de LFSE específico e, por tanto, nem normas que regulamentem sua utilização. Já houve algumas iniciativas de uso de legendas com características de legenda fechada para surdos e ensurdecidos em sessões de cinema nacional, mas exibidas de maneira aberta, através de sua inclusão nos

11 Os “s” presentes na norma designam “segundos”.

fotogramas da película ou de legendas eletrônicas projetadas em cima da tela. No entanto, também segundo Costa Neto, “essas não são tecnologias realmente inclusivas, pois não permite[m] que somente quem precisa tenha acesso ao recurso” (2009, s/p). O Centro de Produção de Legendas está desenvolvendo um projeto que deve mudar essa realidade, mas nada ainda pôde ser explicado devido a questões de sigilo (Ibid.).

3.4. Outras normas

Na subseção anterior explicamos as restrições sofridas pelas legendas por causa do modelo de tradução audiovisual aqui analisado e do meio em que são exibidas. Nesta, vamos mostrar que os legendistas de LFSE – assim como todos os tradutores de materiais audiovisuais, segundo Carvalho (2005, p.86) –, também obedecem a coerções impostas pela patronagem, ou seja, seus clientes e espectadores, entre outros.

As primeiras restrições são as exigências para sua contratação. Em termos gerais, não se obriga que os legendistas de LFSE tenham uma formação específica além do conhecimento técnico do *software* utilizado para produção das legendas. No entanto, podemos, por observação e conhecimento do processo, adaptar as quatro exigências enumeradas por Sabrina Martinez para os legendistas de legendas abertas (2007, p.52). Para a autora, é necessário que o profissional que trabalha com a LFSE tenha as seguintes quatro competências para se tornar um bom legendista: linguística, técnica, rítmica e cultural. Resumindo, ele precisa:

- conhecer gramaticalmente a língua para a qual o texto original está sendo traduzido e saber diferenciar os diversos registros existentes nessa língua, especialmente a norma culta, já que ela é a utilizada na maior parte das legendas;
- saber utilizar os softwares disponíveis para a produção das legendas da melhor maneira e se adaptar rapidamente à mudança ou atualização da tecnologia;
- conseguir elaborar as legendas respeitando três ritmos:

“o ritmo visual do filme, definido pelos cortes; [...] o ritmo das falas dos atores, e [...] o ritmo de leitura do público. Aprendendo a identificá-los, o aprendiz ganha em agilidade, pois, na hora de sincronizar as legendas elaboradas, não precisará fazer tantas adaptações para que elas caibam no tempo disponível” (Martinez, 2007, p.60); e

- conhecer a cultura de onde vem o texto-fonte, de modo a identificar possíveis mensagens não-explicitas no texto e procurar transmiti-las nas legendas.

Por se tratar de uma legenda cujo público-alvo nem sempre poderá comparar o canal de áudio original com o texto – levando em consideração que o público surdo que não faz leitura labial não terá acesso ao canal de áudio –, a primeira e a última competência tornam-se ainda mais importantes. Helena Dale, fundadora do Centro de Produção de Legendas (CPL) e da Associação de Reabilitação e Pesquisa Fonoaudiológica (Arpef), deu, em entrevista realizada em fevereiro de 2009¹², um exemplo dessa importância:

Uma das coisas que a gente mais usa para reduzir o tamanho da legenda é trocar “alguma coisa” por “algo”. Mas isso não pode ser feito sempre. É preciso ver o contexto. Algumas pessoas não vão dizer “Isso é algo que me incomoda”. Sim, um professor diria isso, mas o personagem do Cidade de Deus, não. Então, nesse caso, tem que ficar “alguma coisa” mesmo. São coisas muito pequenas, mas que fazem muita diferença para não causar estranhamento por parte do público. (2009, s/p)

Em termos de coerções linguísticas específicas, as emissoras têm como regras básicas generalizar termos pouco conhecidos – caso não haja espaço para uma explicação maior e a imagem não mostre o objeto – e amenizar a linguagem chula. Algumas emissoras chegam a retirar determinadas palavras de baixo calão dos dicionários de estenógrafos para evitar problemas na LFSE *on-line*, feito ao vivo e, por isso, não passível de revisão. Foi o que fez a Rede Globo, por exemplo: “Certa vez, o programa buscou a palavra errada e entrou um ‘bunda’ no ar. A partir daí, tiramos os palavrões do dicionário [do sistema]”, lembra Paulo Roberto André dos Santos, diretor da divisão de engenharia de exibição da Globo (Klein, 2000, s/p).

Além dessas duas regras básicas, as restrições linguísticas variam muito de acordo com cada cliente e cada produto audiovisual. Certas emissoras e distribuidoras criaram, inclusive, manuais de estilo que devem ser obedecidos durante a produção. No entanto, algo que não varia é o grande controle que as diversas emissoras e distribuidoras exercem sobre a escolha dos conteúdos que serão traduzidos. Houve, inclusive, uma tentativa de maior controle por parte do governo brasileiro, que quis incluir um item na Lei da Acessibilidade que exigisse que programas educativos fossem legendados primeiro. Essa proposta foi

¹² A entrevista completa foi transcrita e está disponível no anexo 1.

rechaçada pelos próprios surdos e por suas associações representativas. Segundo eles, as emissoras deveriam escolher os programas legendados inicialmente de acordo com sua grade e com a audiência, não de acordo com a orientação do governo. “Ainda existe um paternalismo muito grande, uma necessidade de se determinar quais programas o surdo vai ver, em que horário...”, diz Helena Dale (2009, s/p).

De certa forma, olhando pelo lado positivo, o governo brasileiro consegue ter certo controle sobre esse poder de escolha das emissoras e distribuidoras por meio da Lei da Acessibilidade, já que, conforme já foi dito, ela exige que toda a programação esteja legendada até 2019. Entretanto, até que o prazo se esgote, essa decisão ainda é das redes. Isso acaba fazendo com que programas que não têm grande audiência não sejam legendados. Certas emissoras também evitam legendar programas e filmes infantis pois acreditam que as crianças surdas não terão competência para ler, algo que é considerado um absurdo pelas entidades representativas:

As legendas estão aí justamente para incentivar a leitura e o aprendizado. Mesmo que as crianças passem um ano sem entender nada, no fim desse ano, elas vão começar a reconhecer palavras e a entender. (Dale, 2009, s/p)

Além disso, as emissoras e distribuidoras ainda podem escolher quais tipos de LFSE querem usar. Por exemplo, apesar de o *off-line* ser o tipo de LFSE que melhor atende ao surdo, hoje, no Brasil, apenas a Rede Globo o produz. As outras emissoras que continuam disponibilizando esse tipo de legenda em 2009 (Bandeirantes, Record, SBT, TV Brasil, TV Câmara e TV Senado) produzem apenas o *on-line* (Costa Neto, 2008, p.30), mesmo para programas em que é possível realizar a LFSE pré-produzida, como novelas e filmes. “Isso talvez aconteça porque a produção da legenda fechada *on-line* é mais barata”, afirma Helena Dale (2009, s/p).

Do mesmo modo, as legendas disponíveis hoje para DVD ainda são precárias e nem sempre obedecem às regras impostas pela ABNT:

O que acontece hoje em dia em relação a DVD é que muitas produtoras, para não ter que pagar um serviço especializado, utilizam legendas comuns, adicionando apenas os sons e identificação dos falantes. Isso não é recomendado e só é feito por questão de custos. (Ibid.)

O Centro de Produção de Legendas está desenvolvendo um modo de fazer a legenda do DVD e manter todas as características da LFSE tradicional, que é feita para a televisão.

Esse método fica restrito ao número de *pixels* e não de caracteres uma vez que, digamos assim, é “tirada uma foto” da legenda, e transposta para o DVD. Embora a imagem de DVD tenha 720px, a imagem da legenda tem que ter um pouco menor devido às margens de segurança. (Costa Neto, 2009, s/p)

Segundo Dale, muitas dessas escolhas pelo menor custo vêm de um desconhecimento por parte dos responsáveis pela implantação do recurso nas emissoras e distribuidoras.

Há um tempo atrás, fizemos as legendas para um comercial de trinta segundos em que o texto era grande e só piscava na tela. Não ficava tempo suficiente para ser lido. A gente propôs uma edição que valorizaria o nome do produto. O cliente não quis. Explicamos o porquê, mas eles não quiseram. Eu decidi deixar o assunto de lado. Eles não entendem nada desse assunto. Mas daqui a pouco vão entender. Vão entender que a legenda não é para todo mundo, que é para o surdo e que o surdo precisa de um certo tempo para ler (Dale, 2009, s/p).

A questão da passagem do tempo será crucial para as coerções em relação à LFSE. Como já mencionado, “devido à natureza dinâmica do polissistema de tradução audiovisual, o grau de influência das diversas normas nele vigentes é variável” (Martinez, 2007, p. 39), ou seja, certas determinações das emissoras ou distribuidoras podem ser alteradas com o passar do tempo, com as mudanças da sociedade e a partir de uma maior aceitação da LFSE por parte dos espectadores e dos responsáveis por sua implementação. No entanto, a partir dessa breve exposição, fica evidente a força que as normas técnicas e a patronagem têm sobre a LFSE.

3.5. Diferenças entre a tradução para LFSE, para legendas abertas e a dublagem

A legendagem aberta e a dublagem são duas das modalidades de tradução mais praticadas em todo o mundo. Por isso, torna-se necessário salientar aqui as diferenças e semelhanças entre essas duas modalidades e a LFSE, de modo a esclarecer melhor as características específicas da legenda fechada para surdos.

Conforme mencionado na seção anterior, as legendas abertas¹³ são muito parecidas com as LFSE *off-line*, inclusive em termos de suas normas e restrições técnicas. Normalmente, ambas as legendas aparecem em formato *pop-on*, “empregam-se no máximo duas linhas de legenda (o número máximo de

¹³ Normalmente chamadas apenas de “legendas”, aqui serão chamadas de “legendas abertas” para facilitar a diferenciação em relação às LFSE.

caracteres por linha varia segundo o meio) e estabelece-se uma razão entre o tempo de duração daquela legenda e o número máximo de caracteres que ela pode ter” (Carvalho, 2005, p.101). Na televisão, por exemplo, essa razão é a mesma que a exigida pela ABNT para a LFSE *off-line* (2005, p. 6): mínimo de um segundo de exposição para legendas com quinze caracteres.

A principal característica das legendas abertas é o fato de o texto das legendas normalmente ter que ser editado. Isso porque os legendistas, assim como os profissionais que produzem LFSE, trabalham com um espaço reduzido e um número máximo de caracteres que tem relação com o tempo necessário para a leitura da legenda. É como afirma Martinez:

Uma transcrição completa do roteiro original nunca é possível na legendagem [aberta]. As limitações físicas de espaço na tela e o ritmo da palavra falada exigem uma redução considerável do texto [...]. Estudos indicam que o texto legendado é em média um terço mais enxuto do que o original, mas há casos em que essa redução chega a ultrapassar 50%. (2007, p.36)

No entanto, duas características fundamentais diferenciam as LFSE *off-line* das legendas abertas. A primeira é a identificação dos falantes através de colchetes, cores diferentes ou pelo posicionamento da legenda na tela. As legendas abertas não contam com esse recurso pelo fato de o espectador ouvinte já poder identificar o falante através de sua voz. A segunda característica é a explicitação de efeitos sonoros. Sempre que uma campainha soa, uma porta bate ou uma música toca e a imagem não explicita que isso aconteceu, esse som deve ser descrito em forma de texto, já que o espectador surdo não tem acesso a ele. Para os ouvintes, essa explicitação seria redundante, já que eles têm acesso ao canal de áudio.

Já a segunda modalidade aqui explicitada, a dublagem, como já foi mencionado, “consiste em substituir os canais de áudio correspondentes aos diálogos em língua estrangeira por enunciados gravados por atores (chamados *dubladores*) da cultura de chegada” (Carvalho, 2005, p. 94). Com isso, o público não tem acesso ao canal de áudio original, e, sim, apenas à tradução – ao contrário do que acontece na legendagem aberta, em que o áudio é transformado em texto escrito, ficando disponível para os espectadores ouvintes. De certa forma, isso aproxima a dublagem da LFSE, já que o público surdo também não consegue ter acesso ao som dos programas e deve confiar apenas no texto disponível nas legendas.

Outra característica da dublagem que a aproxima da LFSE, e, neste

caso, também da legenda aberta, é a necessidade de sincronia entre a fala dos personagens e a inserção da tradução. No entanto, na dublagem, essa sincronia exige maior perfeição, já que deve acompanhar o movimento labial do personagem que fala. Como observa Carvalho,

a sincronia no caso da dublagem é visual – o espectador espera uma proximidade visual entre os movimentos labiais das pessoas que vê e os sons que ouve –, enquanto na legendagem ela é prioritariamente sonora – espera-se que as legendas apareçam quando ouve-se algo pronunciado em língua estrangeira e que elas desapareçam quando a fala termina. (2005, p. 95)

Apesar da dublagem ser, de certa forma, mais “restrita” em termos de sincronia, ela requer menos redução textual do que ambos os tipos de legendagem. O texto traduzido é reduzido na dublagem apenas “quando o tempo de fala do dublador fica maior que o tempo de fala do ator na tela” (Mendes, 2007, p.27). Nas outras ocasiões, a indicação é manter a mesma quantidade de texto usada no áudio original.

Durante o processo de dublagem, a tradução é feita por um profissional tradutor e depois enviada para um dublador – um ator que “deve interpretar suas personagens de modo que sua fala seja harmoniosa com o comportamento apresentado pelo ator na tela” (Mendes, 2007, p.24), fazendo com que a modalidade seja considerada um trabalho artístico. Além dos dubladores, o processo também envolve outros profissionais, como diretores de dublagem e técnicos de áudio, e exige um tipo específico de estrutura, como o aluguel de estúdios e um tempo mais longo de produção. Tudo isso aumenta em muito os gastos de produção da dublagem, “que chega a ser quinze vezes mais cara do que a legendagem” (Martinez, 2007, p. 33).

“Apesar do custo elevado, a dublagem é preferida à legendagem para a tradução de programas e filmes infantis de língua estrangeira” (Mendes, 2007, p.25). Além disso, alguns autores afirmam que ela é mais democrática que a legendagem aberta por permitir que o acesso de parcelas não alfabetizadas da população à programação (Carvalho, 2005, p.96). Por outro lado, pesquisas – que serão melhor explicadas no capítulo 5 – mostram que as legendas, abertas ou fechadas, podem ajudar aos espectadores surdos e ouvintes a melhorar sua capacidade de leitura e, por isso, deveriam ser mais utilizadas.

“No Brasil acontece um fenômeno interessante. Aqui, dublagem e legendagem são igualmente bem-aceitas; cada modalidade tem seu público cativo e seu espaço garantido” (Martinez, 2007, p. 33). Mas, segundo Carvalho (2005, p.96), a escolha entre as duas técnicas é feita, normalmente, de acordo

com as preferências de cada público e as necessidades de cada programa e, não, por uma ser considerada melhor do que a outra.

3.6. Diferenças entre a LFSE, a audiodescrição e a janela de sinais

Conforme estabelece a NBR 15.290, a LFSE não é o único instrumento que torna acessível a programação televisiva e os conteúdos de DVD e cinema no Brasil. A diretriz também estabelece regras para dois outros instrumentos da promoção da acessibilidade: a audiodescrição e a janela de sinais. Por isso, torna-se necessário diferenciá-las aqui da técnica da legenda fechada para surdos e ensurdecidos.

Como afirma Robson, “[a]ssim como as legendas fornecem uma descrição visual do áudio de um programa, a audiodescrição fornece uma descrição auditiva das imagens do vídeo”. Assim, “ela é uma tecnologia similar, e presta o mesmo serviço aos cegos e pessoas com dificuldades de visão que a LFSE presta aos surdos e pessoas com dificuldade auditivas” (2004, p. 303).

O site do Centro de Produção de Legendas define a audiodescrição da seguinte maneira:

A audiodescrição é uma solução de acessibilidade destinada a pessoas com deficiência visual, podendo ser realizada ao vivo ou gravada. Consiste em uma técnica de descrição de cenas, expressões, cenários, ou seja, todo o detalhamento fundamental para estabelecer a compreensão de programas de televisão, peças teatrais, filmes e eventos, os quais são inseridos mediante narração nos espaços ou intervalos entre os diálogos da obra (Site CPL, s/d, s/p).

Durante a produção de uma audiodescrição, o narrador assiste ao programa, criando um *script* dos elementos visuais mais importantes. Em seguida, o tempo das inserções é marcado e os comentários editados. Depois que o roteiro é preparado e editado, um narrador de voz clara e articulada realiza a gravação da descrição. No caso de programas ao vivo, essa preparação não existe e o narrador tem que decidir no momento o que é importante o suficiente para ser descrito (Robson, 2004, p. 304).

A descrição é normalmente inserida nos espaços entre os diálogos e explica o que está acontecendo na tela. Ao contrário da LFSE, é preciso evitar ao máximo uma sincronia entre os diálogos e a descrição para impedir que o telespectador se confunda. No entanto, também não é necessário preencher toda e qualquer pausa, caso não haja informações importantes para serem

transmitias. O som da audiodescrição deve ser inserido em um canal de áudio diferente do programa e – também diferente da LFSE – deve-se evitar resumir o que acontece. “[P]or exemplo, não falar 'eles brigam', mas descrever a cena: 'O homem alto dá um soco no homem com um chapéu de palha' ” (Franco, 2006, s/p).

A técnica da audiodescrição pode ser usada não só na televisão, em DVDs e no cinema, mas para permitir o acesso dos cegos a diversas manifestações culturais, como espetáculos de dança, óperas, etc. A portaria N.º 466, de 30 de julho de 2008, do Ministério das Comunicações, dava, inclusive, apenas três meses para que as emissoras de TV brasileiras começassem a disponibilizar o recurso em suas transmissões. No entanto, após o término dos 90 dias, o Ministério suspendeu essa exigência. Com isso, pouco foi feito até agora. Algumas produtoras mantêm pequenos projetos de audiodescrição de filmes nacionais, como a CPL e a Lavoro Produções Artísticas. Todavia, hoje, os núcleos mais fortes de pesquisa em relação à essa técnica estão ainda concentrados na academia: na Universidade Estadual do Ceará, sob a coordenação da professora Vera Santiago Araújo, e na Universidade Federal da Bahia, coordenado pela professora Eliana Franco.

Talvez o principal entrave para a implementação completa dessa técnica ainda seja o custo. Robson afirma que, atualmente, a audiodescrição ainda é mais cara do que a produção de LFSE, especialmente em termos de velocidade de produção por parte dos tradutores. “Espera-se que um legendista experiente traduza uma transmissão de uma hora em entre oito e doze horas. (...) [Já] uma equipe de descritor/narrador (...) leva entre vinte e trinta horas” (2004, p.304) para preparar a audiodescrição de uma transmissão de uma hora.

A segunda técnica de promoção da acessibilidade que pode ser comparada à LFSE é a janela de Libras, definida pela NBR 15.290 como um “[e]spaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através de Libras” (ABNT, 2005, p.3). Assim, em vez de serem escritas em forma de legendas, as informações presentes no canal de áudio são traduzidas e passadas aos telespectadores por um intérprete através da Língua Brasileira de Sinais.

Assim como a LFSE, a janela de Libras também pode ser acionada ou retirada de acordo com a necessidade do telespectador. Outra semelhança é que a tradução pode ser feita ao vivo ou ser pré-gravada. A altura da janela deve

ser, no mínimo, metade da altura da tela do televisor e sua largura, ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela, já que “[p]ara se entender a Libras é necessária a visualização dos gestos das mãos e da expressão facial” (Site do projeto TeleLibras da ONG Voz da Voz, 2007, s/p).

Apesar de também ser direcionada à população surda, a janela de Libras difere da LFSE por ter como público-alvo surdos que se comunicam apenas pela Língua Brasileira de Sinais. Estabelecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como uma outra língua, “[a] língua de sinais é própria e apresenta uma gramática completamente diferente do português. [Por exemplo, p]ara os surdos que usam sinais, a frase em Português 'vou para a casa dele' se transforma em 'vou ele casa' ” (SITE do projeto TeleLibras da ONG Voz da Voz, 2007, s/p). A diferença entre as duas línguas é tão grande que já houve protestos da comunidade surda que não fala a língua de sinais em relação, por exemplo, à exigência da janela de Libras – e não da legenda fechada – em programas eleitorais ou pronunciamentos governamentais:

Somos também milhões de pessoas com deficiência auditiva não-usuárias de língua de brasileira de sinais, de tal forma que o português escrito por meio da LFSE na TV é a forma mais acessível para todos nós, e até mesmo porque a lei da Libras (LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002) obriga todos os surdos a aprenderem português escrito:

"Art. 4, parágrafo único: A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa."

Ou seja, a LFSE inclui isso. Não temos culpa se os surdos brasileiros que preferem a Libras como primeira língua são analfabetos em português; a lei da Libras os obriga a aprenderem português escrito. (Melo, 2005, s/p)

O contrário também acontece. Muitos surdos não alfabetizados em português reclamam do investimento maior feito pela emissoras na implementação da LFSE.

[A]s ações para disponibilizar interpretação em Libras em conteúdos audiovisuais, como cinema, jornais ou novelas, são praticamente inexistentes. Nenhum telejornal veiculado na TV aberta brasileira, por exemplo, utiliza a representação na linguagem de sinais, reconhecida desde 2002 como meio legal de comunicação e expressão (Lei nº. 10.436). (Lage, 2007, s/p)

Essa polêmica acaba mostrando a heterogeneidade do campo em que a LFSE se insere. Apesar de ter um público-alvo bastante bem definido – a população surda e ensurdecida –, mesmo esse grupo não é homogêneo e exige que suas diferenças sejam respeitadas. Aliás, a discussão sobre a primeira língua dos surdos e sobre a maneira como a língua escrita deve ser ensinada é antiga. “Desde que me entendo por fonoaudióloga existe uma discussão sobre o

melhor método de alfabetização do surdo. Ainda não chegamos a uma conclusão e acho que estamos longe disso”, diz Helena Dale (2009). “O melhor seria que as televisões transmitissem tanto com o recurso da janela de Libras quanto o da legenda fechada”, diz Renata de Castro, deficiente auditiva estudante de Pedagogia e Letras, no documentário “Invisíveis pelo Silêncio”, produzido pela Universidade Estácio de Sá de Belo Horizonte (Baesse, 2009, s/p). Talvez Renata realize seu desejo, já que a Lei da Acessibilidade, além de exigir que toda a programação da televisão brasileira seja transmitida com LFSE até 2019, também estabelece que essa programação disponibilize a janela de Libras até 2017. No entanto, com isso, esse debate tende a se ampliar, especialmente porque as emissoras e distribuidoras de DVD reclamam do alto preço de custo para a produção dos dois recursos.

Esta foi apenas uma das muitas polêmicas criadas em torno da legenda fechada para surdos depois da promulgação da Lei de Acessibilidade e da NBR 15.290 da ABNT. Como na maioria dos casos em que normas são estabelecidas, a criação de regras trouxe consigo uma série de questões e provavelmente outras ainda surgirão. É isso que veremos a seguir.

3.7. Questões sobre as normas para LFSE

Conforme foi dito, essa subseção tem por objetivo enumerar e comentar algumas das polêmicas surgidas após o início do estabelecimento de normas técnicas e de exigências dos clientes para o processo de produção das LFSE. A maior parte delas envolve a parte mais técnica dessas normas e sua adequação à necessidade dos espectadores surdos. No entanto, discussões de natureza mais teórica também foram geradas e são importantes para o desenvolvimento da modalidade no Brasil. Mais uma vez, lembro que este estudo é um recorte de uma área em desenvolvimento, por isso, não existe a pretensão de apresentar aqui todas as questões possíveis já debatidas. Este será um panorama das principais controvérsias que vêm sendo discutidas pelo público-alvo, pelas instituições de apoio a surdos e pela academia.

A primeira polêmica diz respeito à relação entre o número de caracteres por linha e os segundos de exposição necessários estabelecidos na NBR 15.290, lançada pela ABNT. A diretriz determina que linhas completas de legenda – que têm entre 30 e 32 caracteres – devem ser expostas por, no mínimo, 2s.

Isso implica dizer que, se ficarem um segundo na tela, as legendas devem ter, no máximo, 16 caracteres. No entanto, uma pesquisa realizada por Vera Santiago Araújo em 2008, no Centro de Atendimento aos Surdos do Instituto Cearense de Educação para Surdos, em Fortaleza, demonstrou que o padrão que permitiu que os surdos assistissem “aos trechos legendados com maior conforto” (Araújo, 2008, s/p) foi de, no máximo, 14 caracteres por segundo. Apesar de parecer pouco, qualquer tradutor para legendas – abertas ou fechadas – afirmará que a redução de dois caracteres por segundo muda completamente tanto a elaboração da legenda quanto o entendimento por parte do telespectador.

Além disso, no mesmo estudo, os participantes da pesquisa preferiram legendas de cor amarela, sem fundo preto, às brancas com cartela de fundo estabelecidas pela NBR. O estudo não explicita as razões para essa preferência.

Outra polêmica que envolve a edição das legendas diz respeito a uma parcela da comunidade surda. Esse grupo argumenta que as finalidades dos programas de TV e filmes são o entretenimento e a informação, por isso o correto seria transcrever tudo que é dito neles. No entanto, “se as legendas não puderem ser lidas por falta de tempo, o espectador com perda auditiva não poderá nem ser entretido, tão pouco informado [*sic*]” (Costa Neto, 2008, p. 28). A demanda dessa parcela da população fica ainda mais sem sentido se levarmos em conta o que dizem estudiosos como Araújo:

Ao contrário do que se pensa, os surdos têm maior dificuldade de leitura na língua [...] de seu país, porque esta funciona como segunda língua para eles, sendo a língua de sinais sua primeira língua. Essa visão bilíngue vem sendo absorvida vagarosamente, visto que o bilinguismo só começou a ser discutido a partir de 2002 com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua da comunidade surda do nosso país (Lei no. 10.436 de 24/04/2002). Na verdade, os surdos brasileiros ainda aprendem o português como língua materna, apresentando, por essa razão, baixa proficiência no idioma, principalmente no que diz respeito à leitura e escrita. (...) De fato, os resultados sugeriram que a condensação e a edição das legendas são elementos fundamentais para tornar mais eficazes a leitura e compreensão destas para os espectadores surdos. (2008, s/p)

Além de Araújo, a criadora do Centro de Produção de Legendas, Helena Dale, também chama a atenção para a necessidade de ampliar o tempo de leitura das legendas.

Nós trabalhamos com a perspectiva de um tempo confortável de leitura. Fazer o contrário é muito fácil. É só transcrever tudo que está sendo dito e não pensar no tempo. Mas a única pessoa que conseguiria ler aquilo tudo seria um superleitor. Nem os ouvintes acompanham a legenda totalmente transcrita. (Dale, 2009)

Uma curiosidade é que, apesar de o Brasil seguir o padrão norte-americano de legendas, isso não se aplica no caso da defesa de uma maior edição feita pelas autoras acima. “A linha americana, de uma maneira em geral, apesar de ter muitos estilos, converge para um padrão de disponibilizar tudo que é falado. Esse é o princípio do *closed caption*. Já os europeus, não. Em vários países vemos a questão da edição do texto [adotada aqui]” (Ibid.).

A NBR 15.290 fez surgir também a questão do aferimento da qualidade das legendas, já que essa noção precisaria ser “quantificável antes de ser exigida” (Robson, 2004, p. 18). No início da produção da LFSE por estenotipia, por exemplo, um fator importante que determinava a qualidade da legenda era a velocidade de tradução. No entanto, “uma taxa de tradução de 99% é igual a um erro de tradução a cada vinte linhas de legenda” (Ibid.), ou seja, nem sempre a velocidade é igual à qualidade da informação transmitida.

A norma da ABNT segue um padrão criado nos EUA de *Total Error Rate*, ou Taxa Total de Erro. A partir desse padrão, todo programa seria revisado após sua exibição, e todo erro de tradução, encontrado e marcado. No entanto, para Robson, é difícil determinar o que é um erro:

Uma vírgula faltando é um erro se não mudar o significado da frase? E se “New York Times” não for colocado entre aspas ou itálico? Se uma palavra composta por três outras não estiver no dicionário e for traduzida por três palavras ou fragmentos menores, isso é um erro ou são três? (Robson, 2004, p. 18)

Além da dificuldade de se estabelecer o que é um erro, existem outros fatores complicadores. Por exemplo, é possível que a recepção ruim do sinal de TV cause a perda de alguns caracteres das legendas ou a exibição de alguns blocos em branco no meio dos textos, entre outras alterações. Isso seria considerado erro, mesmo se o problema não for da emissora que produz as legendas? A NBR exige um percentual de 98% de acerto para legendas *on-line* e de 100% para as legendas *off-line*. No entanto, sem uma definição mais clara do que seria essa porcentagem de acerto, é complicado medir o nível de qualidade das legendas produzidas atualmente no Brasil.

A última das questões que será mencionada aqui me chamou atenção durante uma primeira conversa informal, realizada no dia 15 de outubro de 2008, no Centro de Produção de Legendas, sobre a polêmica apresentada no item anterior: a necessidade de se disponibilizar tanto a LFSE quanto a janela de Libras pelo fato do público surdo ser composto por dois grupos diferentes – os que têm acesso à Língua Brasileira de Sinais e os que têm a língua portuguesa

como primeira língua. Visto que a Língua Brasileira de Sinais foi estabelecida por lei como uma língua diferente do português, o processo de produção da janela de Libras era considerado pelos técnicos do CPL um tipo de interpretação. No entanto, eles não conseguiram manifestar uma opinião formada sobre se a legenda fechada para surdos e ensurdecidos também seria um tipo de tradução ou meramente uma transcrição da fala dos narradores e personagens dos programas. Meu interlocutores na conversa chegaram, inclusive, a me questionar por que, sendo eu da área de tradução, estava estudando a LFSE.

Por considerar essa questão de extrema importância para a consolidação o recurso aqui estudado, irei discuti-la mais a fundo no próximo capítulo.